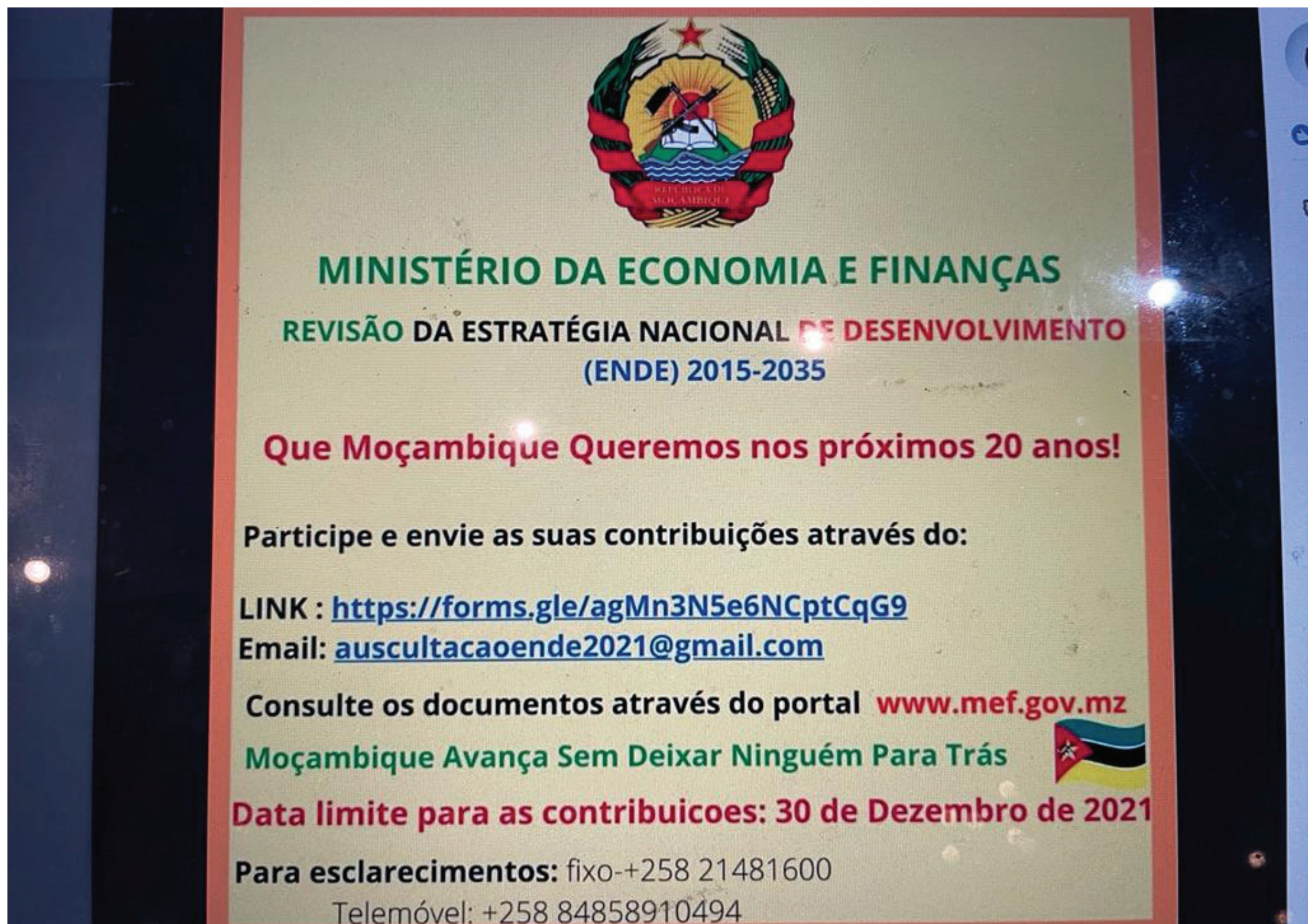



Não cabe ao Ministério da Economia e Finanças pensar o futuro de Moçambique para os próximos 20 anos

- Em Setembro último, o Presidente da República lançou o processo de revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035), com o argumento de ajustar o documento aos novos desafios económicos e sociais, bem como adequá-lo ao quadro legal existente¹. Com um horizonte temporal de 20 anos, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento é a referência para a definição de políticas de desenvolvimento a curto e médio prazo.





MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
REVISÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
(ENDE) 2015-2035

Que Moçambique Queremos nos próximos 20 anos!

Participe e envie as suas contribuições através do:

LINK : <https://forms.gle/agMn3N5e6NCptCqG9>
Email: auscultacaoende2021@gmail.com

Consulte os documentos através do portal www.mef.gov.mz

Moçambique Avança Sem Deixar Ninguém Para Trás 

Data limite para as contribuicoes: 30 de Dezembro de 2021

Para esclarecimentos: fixo-+258 21481600
Telemóvel: +258 84858910494

¹ <https://www.presidencia.gov.mz/por/Actualidade/PR-lanca-Estrategia-Nacional-de-Desenvolvimento-2015-2035>



A elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) foi justificada pela necessidade de assegurar a implementação das estratégias de desenvolvimento preconizadas na Agenda 2025, como instrumento vital para a concretização da visão nacional de desenvolvimento. “Esta visão será implementada através de um conjunto de actuações coordenadas, num horizonte de 20 anos, assegurando um desenvolvimento económico e social equilibrado em Moçambique. Estas actuações incluem políticas integradas e orientadas para a geração da riqueza e que garantam uma redistribuição do rendimento baseado em princípios de equidade”².

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) ora em revisão prevê, entre outras acções, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento como “elemento fundamental para o empoderamento do sector empresarial nacional; e do Fundo Soberano de Moçambique, com base em receitas e out-

ros rendimentos resultantes de exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos, de modo a garantir uma exploração sustentável dos recursos naturais e assegurar recursos financeiros para projectos estratégicos existentes no País”³.

A operacionalização da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) é feita através de Planos Estratégicos Sectoriais e Territoriais, Programa Quinquenal (que coincide com o ciclo de governação), Cenário Fiscal de Médio Prazo, Plano Económico e Social e Orçamento de Estado. No médio prazo, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) será monitorado através de Revisão do Meio-Termo, Relatório Quinquenal sobre a implementação do Programa Quinquenal e Relatório Quinquenal sobre a implementação da Estratégia. A revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) estava prevista para a fase intermédia da sua implementação, bem como no último ano.

Ora, passados cerca de seis (6) após a sua aprovação, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) está a ser revista, através de um processo liderado pelo Ministério da Economia e Finanças. Através de um pequeno cartaz que circula pelas redes sociais, o Ministério da Economia e Finanças convida os moçambicanos a participarem no processo de revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035), enviando para aquele Ministério as suas contribuições sobre o Moçambique que gostariam de ter nos próximos 20 anos. A data limite para o envio das contribuições é 30 de Dezembro de 2021.

No cartaz sobre a participação no processo de revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035), o Ministério da Economia e Finanças faz uma declaração curiosa: “Moçambique avança sem deixar ninguém para trás”. Esta declaração transmite a ideia de que a discussão do futuro de Moçambique para os próximos 20 anos

² <http://www.acismoz.com/wp-content/uploads/2017/06/ESTRATEGIA%20NACIONAL%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20VERSAO%20FINAL.pdf>

³ <http://www.acismoz.com/wp-content/uploads/2017/06/ESTRATEGIA%20NACIONAL%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20VERSAO%20FINAL.pdf>

está a ser feita através de um processo transparente, aberto, inclusivo e representativo. Mas isso não é verdade. Só a forma como o processo foi anunciado exclui milhões de moçambicanos que não têm acesso às novas tecnologias de informação e comunicação.

E mais: a forma como os moçambicanos podem participar na definição do futuro do seu País para os próximos 20 anos é excludente. Exclui milhões de moçambicanos que, mesmo tendo acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, não sabem ler e escrever. Não se percebe porquê razão a participação num processo tão importante como a discussão do futuro de Moçambique para os próximos 20 anos é condicionada ao domínio da leitura e escrita em língua portuguesa, num País com altos índices de analfabetismo. Isso significa que a futura Estratégia Nacional de Desenvolvimento será

um instrumento produzido através de um processo excludente.

Outra questão de fundo está relacionada com a liderança. Definir o futuro de Moçambique para os próximos 20 anos não cabe ao Ministério da Economia e Finanças, nem a qualquer outro Ministério. Os Ministérios não têm mandato para pensar o futuro do País para além do respectivo ciclo de governação. A Resolução 15/2020, de 15 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Economia e Finanças, estabelece, no seu artigo 1, que o Ministério da Economia e Finanças é o órgão central do aparelho de Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta e coordena a concepção, execução e avaliação das políticas e estratégias públicas de desenvolvimento orientadas para o crescimento e desenvolvimento inclusivo

da economia nacional, dirige o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas. Por tanto, o Ministério da Economia e Finanças actua dentro dos limites do mandato do Governo.

Pensar e definir o futuro de Moçambique para os próximos 20 anos é tarefa da sociedade moçambicana, e a participação dos cidadãos não deve ser limitada ou condicionada nem ao acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, nem ao domínio da língua portuguesa. O CDD defende que a discussão do futuro de Moçambique deve ser feita através de um processo participativo, inclusivo, transparente e aberto. E isso passa por estabelecer os termos de referência e criar um grupo participativo, inclusivo e representativo de todas as forças e sensibilidades da sociedade moçambicana para liderar o processo.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

